



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0330095-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0057461-57.2012.8.17.0810

COMARCA	: Jaboatão dos Guararapes – 3ª Vara Criminal
IMPETRANTE	: Wilberto Paim dos Reis Júnior
PACIENTE	: Hugo Rafael Oliveira da Silva
PROCURADORA	: Drª. Sueli Gonçalves de Almeida
RELATOR	: Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº	: Des. Fausto de Castro Campos

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. FLAGRANTE. HOMOLOGAÇÃO. CONVERSÃO EM PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO DEMONSTRADA EM FACE DA QUANTIDADE E DA NATUREZA DA DROGA APREENDIDA. PERICULOSIDADE DA AGENTE. CONFIGURAÇÃO. SUPERVENIENTE PROLAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGADO AO RÉU O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. NOVO TÍTULO A ENSEJAR A PRISÃO. DISCUSSÃO SOBRE OS FUNDAMENTOS DA PREVENTIVA SUPERADA. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ANÁLISE DO MÉRITO E ERRO NA DOSIMETRIA. IMPROVIDADE DA VIA ELEITA, QUE NÃO SE PRESTA COMO SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO JÁ INTERPOSTO. PEDIDO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA PARTE, DENEGADA A ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

I – A impetração de habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla ao preceito constitucional, em face de que o presente *mandamus* não deve ser conhecido como sucedâneo de recurso de apelação, no caso concreto, já interposto perante este Tribunal de Justiça. Precedentes do STF e do STJ.

II - Mostra-se idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na natureza e na quantidade de drogas apreendidas demonstrando a periculosidade do acusado. Precedentes do STF e do STJ. Ademais, com a superveniente prolação de sentença condenatória, resta superada a alegação de coação ilegal em decorrência da falta de fundamentação do decreto de prisão preventiva, visto que, na condenação, foi negado o direito de o paciente recorrer em liberdade, visto que o mesmo respondeu toda a instrução recolhido ao cárcere, passando a prisão a se fundar em novo título judicial. Precedentes do S.T.J.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

III – Writ conhecido em parte e, nessa parte, denegada a ordem.
Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0330095-4** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em conhecer em parte do pedido e, nessa parte, denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife – PE, 27 de maio de 2014.

Des. Fausto de Castro Campos
Relator Substituto





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0330095-5

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0057461-57.2012.8.17.0810

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 3ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Wilgberto Paim dos Reis Júnior
PACIENTE : Hugo Rafael Oliveira da Silva
PROCURADORA : Drª. Sueli Gonçalves de Almeida
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Fausto de Castro Campos

RELATÓRIO

O bel. **Wilgberto Paim dos Reis Júnior** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **HUGO RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA**, alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face de sentença proferida nos autos do processo-crime nº **0057461-57.2012.8.17.0810** a que responde perante o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, neste Estado, como incurso nas sanções do art.33, da Lei nº 11.343/06, e do art.16, da Lei nº 10.826/2003¹, ao argumento de que o referido decreto sentencial está eivado de nulidade, porquanto está lastreado em suposições e presunções, sem amparo em qualquer prova em concreto, devendo, por tal motivo, ser modificado para absolver o réu.

Além disso, o impetrante alega haver equívoco na dosimetria da pena, aduzindo que a causa de diminuição da pena prevista no §4º, do art.33, da Lei nº 11.343/06, deveria ser aplicada em sua fração máxima de 2/3 (dois terços).

Por fim, o subscritor da atrial mandamental alega que, ao homologar a prisão em flagrante em preventiva, o Juízo processante não indicou qualquer indício que aponte risco concreto de reiteração delitiva, bem como em que consiste a alta periculosidade que imputou ao paciente, acrescentando que se trata de réu primário e de bons antecedentes, que possui residência fixa e trabalha, razão pela qual pugna pela revogação do decreto preventivo ou,

¹ Tráfico Ilícito de Entorpecentes

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Art. 16. Portar, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

alternativamente, pela substituição da referida constrição por uma das medidas cautelares prevista na Lei nº 12.403/2001.

A impetração veio acompanhada dos documentos de fls.20/192.

Em consulta ao sistema JUDWIN, o Exmº. Des. Nivaldo Mulatinho, a quem o *mandamus* foi originariamente distribuído, constatou a existência de recurso de apelação criminal nº0320425-9, interposta em favor ao paciente, relativamente à mesma ação penal em apreço, em face de que determinou a redistribuição do feito, por prevenção, ao mencionado apelo (fls.199/200)

Às fls.205/206, o eminente Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, atual relator do processo, a quem substituiu interinamente, indeferiu o provimento liminar vindicado, solicitando informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.246/256.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Drª. Sueli Gonçalves de Almeida, através do parecer de fls.228/234, opinou pelo conhecimento em parte do pedido, e nessa parte, pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife – PE, 27 de Maio de 2019

Des. Fausto de Castro Campos
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0330095-5

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0057461-57.2012.8.17.0810

COMARCA	: Jaboatão dos Guararapes – 3ª Vara Criminal
IMPETRANTE	: Wilgberto Paim dos Reis Júnior
PACIENTE	: Hugo Rafael Oliveira da Silva
PROCURADORA	: Drª. Sueli Gonçalves de Almeida
RELATOR	: Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº	: Des. Fausto de Castro Campos

VOTO

Trata-se de ação mandamental que se insurge contra a sentença condenatória, perseguindo a absolvição do paciente, ao argumento de que a referida acusação foi proferida de forma contrária a prova dos autos, verificando-se, ainda, erro na dosimetria da pena.

Insurge-se, também, contra o decreto de prisão preventiva, dizendo-o desfundamentado.

1. Inadequação da via estreita do *habeas corpus* como substitutiva do recurso próprio:

Destaco, de proêmio, que em consonância com o entendimento consolidado por ocasião do julgamento do *Habeas Corpus* nº 109956/PR, em 07/08/2012, pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do Exmº. Sr. Min. Marco Aurélio, bem assim da mais recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, observo que o presente *WRIT* não merece ser conhecido, haja vista que foi interposto como substituto de recurso próprio.

Cuido que a via adequada para apreciar e julgar a matéria ventilada na impetração é a da apelação, conforme estabelece o art.593, I, do CPP, que prevê que eventual irresignação contra sentença terminativa de mérito desafia o manejo do recurso apelatório, o qual já foi interposto perante esta Corte de Justiça (Apelação Criminal nº 0320425-9), encontrando-se os autos, presentemente, conclusos ao Des. Revisor, conforme informação extraída do sistema de movimentação processual deste Poder (JUDWIN).

Por outro lado, ressalte-se que o *Habeas Corpus* é uma garantia constitucional destinada a tutelar, de maneira eficaz e imediata, o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

direito de ir e vir sempre que o indivíduo se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade ambulatoria.

Cumpra assinalar, por pertinente, que recentemente tem se consolidado, por meio de reiteradas decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, a tendência de se atenuar as hipóteses de cabimento do *mandamus*, destacando-se que o *habeas corpus* é remédio constitucional voltado ao combate de constrangimento ilegal específico de ato ou decisão que afete, potencial ou efetivamente, direito líquido e certo do cidadão, com reflexo direto em sua liberdade.

Vale salientar que, ao restringirem o cabimento do remédio jurídico-constitucional às hipóteses delineadas pela Carta Política em vigor e no Código de Processo Penal, os integrantes do Pretório Excelso o fizeram com lastro no argumento de que as vias recursais ordinárias passaram a ser atravessadas por incontáveis possibilidades de dedução de insurgências pela impetração do writ, cujas origens, ao que tudo indica, parece terem sido esquecidas, sobrecarregando os tribunais, desvirtuando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal.

Assim, amparado nesta mudança da orientação jurisprudencial, firmo entendimento no sentido de que o writ constitucional não se presta à correção de decisão sujeita a recurso próprio, previsto no sistema processual penal, não sendo, pois, substituto do recurso de apelação.

Por oportuno, trago à colação precedente que conduziu a modificação no entendimento relativo à admissibilidade do *habeas corpus*, como substitutivo de recurso próprio, cuja ementa transcrevo:

:

EMENTA DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. LATROCÍNIO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. DEFESA PRÉVIA. INTIMAÇÃO DIRIGIDA AO ADVOGADO DO COACUSADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANULAÇÃO DO PROCESSO A PARTIR DA FASE DO ART. 499 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRODUÇÃO DA PROVA ORAL REQUERIDA. 1. *Contra a denegação de habeas corpus por Tribunal Superior prevê a Constituição Federal remédio jurídico expresso, o recurso ordinário. Diante da dicção do art. 102, II, a, da Constituição da República, a impetração de novo habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla ao preceito*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

constitucional. 2. *Demonstrado o equívoco na intimação para apresentação da defesa prévia, realizada em nome do advogado do coacusado, a anulação da ação penal a partir do indeferimento da produção da prova oral revela-se suficiente para reverter o cerceamento de defesa e, por consequência, prestigiar os princípios da celeridade e da economia processual.* 3. **Habeas corpus extinto sem resolução do mérito.** (HC 115199, Relator(a): Min. **ROSA WEBER**, Primeira Turma, julgado em 18/06/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-125 DIVULG 28-06-2013 PUBLIC 01-07-2013) (grifei)

Nessa mesma linha de raciocínio, em sede de Agravo Regimental interposto contra decisão que negou conhecimento a *Habeas Corpus* impetrado como substitutivo recursal, o Supremo Tribunal Federal, firmou entendimento, a saber:

“EMENTA Agravo regimental em habeas corpus substitutivo de recurso ordinário constitucional. Artigo 102, inciso II, alínea a, da Constituição Federal. Inadequação da via eleita ao caso concreto. Precedente da Primeira Turma. Flexibilização circunscrita às hipóteses de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia. Não ocorrência. 1. Segundo o entendimento da Primeira Turma, é inadmissível o uso do habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinário constitucional prescrito no art. 102, inciso II, alínea a, da Carta da República (HC nº 109.956/PR, Primeira Turma, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJe de 11/9/12). 2. Essa circunstância, entretanto, não impede que a Suprema Corte, quando do manejo inadequado do habeas corpus como substitutivo (art. 102, inciso II, alínea a, da CF), analise a questão de ofício nas hipóteses de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, o que, como dito na decisão agravada, não é o caso dos autos. 3. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na inicial da impetração não é suficiente para modificar a decisão ora agravada. 4. **Agravo regimental ao qual se nega provimento.” (HC 115742 AgR, Relator(a): Min. **DIAS TOFFOLI**, Primeira Turma, julgado em 23/04/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-107 DIVULG 06-06-2013 PUBLIC 07-06-2013) (DESTAQUEI)**

Em caso análogo, o Colendo Superior Tribunal de Justiça consolidou idêntico posicionamento, senão, vejamos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. NULIDADE. FALTA DE DETERMINAÇÃO EXPRESSA QUANTO À SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO EM FACE DA APLICAÇÃO DO ART. 366 DO CPP. QUESITOS. AUSÊNCIA SOBRE CAUSA DE DIMINUIÇÃO. MATÉRIAS TODAS PRECLUSAS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO ADEMAIS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. NÃO CONHECIMENTO. 1. *É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional, e, em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem contra acórdão de apelação, como sucedâneo recursal.* 2. *Suscitadas doze anos depois da pretensa ocorrência, estão preclusas as nulidades do processo referentes à falta de fundamentação no recebimento da denúncia e pela não determinação, expressa, de suspensão da prescrição, quando foi determinada a suspensão da marcha processual, nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal.* 3. *Eventual irregularidade na quesitação deve ser apontada no Plenário, quando da leitura pelo Juiz, sob pena de preclusão.* 4. *Nulidades no caso concreto que, além de preclusas, não renderam prejuízo.* 5. *Falta de ilegalidade flagrante apta a relevar a impropriedade da via eleita.* 6. *Writ não conhecido.*" (HC 177.450/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 22/04/2013) (NEGRITEI)

No mesmo sentido:

"(...) 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, firmou-se, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Louvando o entendimento de que o Direito é dinâmico, sendo que a definição do alcance de institutos previstos na Constituição Federal há de fazer-se de modo integrativo, de acordo com as mudanças de relevo que se verificam na tábua de valores sociais, esta Corte passou a entender ser necessário amoldar a abrangência do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

habeas corpus a um novo espírito, visando restabelecer a eficácia de remédio constitucional tão caro ao Estado Democrático de Direito. Precedentes.2. Atento a essa evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a adotar decisões no sentido de não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes.(...) 7. Ordem não conhecida. Habeas corpus concedido de ofício a fim de reduzir a pena do paciente para 5 (cinco) anos de reclusão.” (HC 146200/DF, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 20/09/2012 e publicado no DJ de 26/09/2012).

É o caso dos presentes autos.

À vista dos argumentos ora expendidos, deduz-se que o presente WRIT não merece ser conhecido, nesse particular, haja vista que foi interposto como substituto de recurso próprio, qual seja a apelação criminal.

2. Quanto ao pedido de revogação da prisão preventiva, ao argumento de que o decreto prisional carece de fundamentação, melhor sorte não socorre ao impetrante.

Observo que, ao decretar a custódia cautelar do apelante ora paciente, o magistrado da instância primária demonstrou fundamentadamente, ainda que de forma sucinta, os motivos que o levaram a decretação da referida medida constritiva, destacando a presença dos requisitos objetivos, ao ressaltar que restou provada a existência de crime e indícios suficientes de autoria trazidos aos autos, conforme depoimentos das testemunhas colhidos em sede policial (fls.54/57).

Além disso, acrescentou que o *periculum libertatis* restou configurado em face das condições pessoais do acusado e a gravidade específica do crime, as quais autorizavam a imposição da prisão preventiva, afastando a possibilidade de aplicação das medidas cautelares previstas na Lei nº 12.403/2011.

Com efeito, infere-se da denúncia que o paciente foi preso em flagrante delito guardando em depósito, para fins de comércio, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, **284 (duzentos e oitenta e quatro) pedras de crack e 29 (vinte e nove) papelotes de maconha**, além de **04 (quatro) projéteis intactos de 9 milímetros de calibre**, circunstâncias que,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

por si sós, mostram-se suficientes para caracterizar a alta periculosidade do agente, autorizando sua segregação cautelar para garantia da ordem pública.

Corroborando esse entendimento trago à colação julgado, do teor seguinte:

'RECURSO EM "HABEAS CORPUS". TRÁFICO DE DROGAS. GRANDE QUANTIDADE. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR MEDIDA DIVERSA. INADEQUAÇÃO / INSUFICIÊNCIA.PRECEDENTES.

1. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na participação do recorrente no tráfico de entorpecentes, diante das circunstâncias da prisão e dos entorpecentes apreendidos 8,5 kg de drogas (maconha e cocaína), além de apetrechos próprios da traficância, armas e munições, tudo a evidenciar dedicação ao delito da espécie, alicerce suficiente para a motivação da garantia da ordem pública.

2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação unânime, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despiciendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis.

3. Recurso em "habeas corpus" não provido.

(RHC 43.159/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 17/02/2014)

Caminhando na mesma trilha:

"(...) Não há constrangimento ilegal quando verificado que as instâncias ordinárias apontaram fundamentos concretos que efetivamente evidenciam a necessidade de manutenção da custódia cautelar do recorrente para a garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta dos delitos em tese cometidos, bem evidenciada pela natureza e pela quantidade de drogas apreendidas (51 pedras de crack) (...) Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 38.786/SE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 11/10/2013)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

No mesmo sentido:

*"(...) A prisão preventiva deve ser mantida para o resguardo da ordem pública, **com base na significativa quantidade de entorpecentes que foram apreendidos em poder do Paciente - consubstanciados em quarenta porções de maconha e vinte e cinco ampolas contendo crack - bem como na natureza deste último, revestido de alto poder de adição psíquica e física ao usuário**, trazendo implicações seríssimas à sociedade (...) Ordem denegada."*(HC 232.900/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2013, DJe 11/10/2013).

É o caso dos autos.

De mais a mais, o que importa é que, ao sentenciar o réu, o Julgador *a quo* verificou a necessidade de manter o réu na prisão, em face da gravidade específica do crime de tráfico cometido pelo sentenciado, além do fato de o mesmo haver respondido toda a instrução processual no ergástulo.

Ocorre que, diante da superveniência de sentença penal condenatória que negou ao réu o direito de apelar em liberdade, mantendo a constrição cautelar antes determinada, tem-se que restou superado o apontado constrangimento ilegal em face da carência de fundamentação da custódia preventiva, pois, havendo condenação, a segregação é dela agora decorrente, e não mais da preventiva, ou seja, a custódia tem novo fundamento.

Convém transcrever, também, a parte da sentença em que o magistrado fundamentou a negativa do apelo em liberdade, *in litteris* (fls.255):

*"(...) nego ao réu o direito de apelar em liberdade, primeiramente por ser regra, na hipótese de proferimento de sentença condenatória mandar o Juiz expedir mandado de prisão, e ainda **pela hediondez do crime de tráfico cometido e ter respondido à instrução guardando cárcere** (...)".*

Nesse contexto, inviável a revogação da decisão combatida, pois o sentenciante, ao negar o direito de recorrer em liberdade, constitui novo título ensejador da medida constritiva, restando impossível o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

acolhimento do remédio constitucional aqui impetrado. Nesse diapasão, merece realce o seguinte julgado:

"(...) Tendo o remédio constitucional se dirigido contra a decisão que não revogou a custódia cautelar do paciente e, verificando-se a superveniente prolação de sentença condenatória, onde a prisão foi mantida, esvazia-se o objeto da impetração nesse ponto, uma vez que o encarceramento é agora decorrente de novo título judicial.(...) Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 171.659/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2011, DJe 01/08/2011)

Isto posto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pelo conhecimento em parte do pedido, e nessa parte, pela a denegação da ordem.

É como voto.
Recife – PE, 27 de Maio de 2014.

Des. Fausto de Castro Campos
Relator Substituto